

de jovens é na periferia da cidade, foram nesses bairros localizadas todas as construções ora autorizadas. Diretamente beneficiadas por essas facilidades serão 64.000 crianças paulistas, além dos 10.500 jovens que passarão a frequentar ginásio situado na própria vila ou bairro em que residem.

Indago, Sr. Presidente da sistemática e coerente oposição, feita com calor ao honrado governo do Prof. Carlos Alberto de Carvalho Pinto se realmente não se está cuidando dos problemas essenciais da administração.

Sabem os seus integrantes que sim. Afirmando o contrário por malícia política e por maldade cívica. O problema da construção de prédios escolares é essencial para um governo. E este cuida em solucioná-lo, dentro do possível.

Tornou-se bem complexo este problema, pois sabem os Srs. deputados que há muitos anos foi realizado um convênio escolar entre Município e Estado. O Município construiu os prédios escolares, de acordo com determinada porcentagem de sua arrecadação, estipulada em texto constitucional, e o Estado mantinha o ensino, custeando a instalação de escolas, a sua manutenção e o pagamento de pessoal docente e administrativo. O convênio lamentavelmente deixou de existir, após o prazo estipulado para o seu cumprimento. Não foi renovado. Uma política nociva prejudicial mesmo, entre o Município e o Estado, proporcionou, além da não renovação, a criação do Ensino Primário Municipal. Os políticos pretendiam fazer dele um instrumento demagógico. Não obtiveram êxito pela ausência de propósitos dos mestres que o executaram. Muitos prédios escolares são ainda de propriedade do município. Expirou há dias o prazo (5 anos) do ajuste estabelecido entre ambas as partes, com tal finalidade, em fevereiro de 1956. A medida que se aproximava, entretanto, o termo do acordo, autoridades estaduais e municipais competentes antecipavam uma série de providências com o objetivo de dar à matéria solução satisfatória para ambos os lados. De conformidade com o acordo a que se chegou, o Estado continuará a usar 72 prédios escolares de alvenaria e 121 galpões de emergência de propriedade da Prefeitura da Capital, até solução definitiva do assunto pela Comissão Estado-Município de assuntos pendentes.

Somos, Sra. Presidente, entusiastas do convênio escolar. Entendemos ser ele uma necessidade, com todo o respeito e admiração que me mereça o Ensino Primário Municipal, já triunfante. Todavia, louvamos os entendimentos realizados entre o Estado e o Município, e, mais do que isto, desejamos registrar nos anais desta augusta Assembleia as magníficas realizações, as excelentes medidas administrativas do Governador Carvalho Pinto ao determinar a construção de dezenas de grupos escolares e de ginásios em bairros da Capital. Parabéns ao Governador dos paulistas.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Francisco Franco. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Antônio Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Nicolau. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Tereza Delta. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco.

O SR. CID FRANCO (Sem revisão do orador) — Srs. deputados, tem uma significação continental de luta antiimperialista a eleição de Alfredo Palácios para senador, na Argentina.

Palácios foi eleito contra as forças governamentais de Frondizi, contra os recursos e a pressão dos trustes estrangeiros, contra os inimigos da Revolução Cubana, contra os adeptos da sujeição da América Latina ao imperialismo que Fidel Castro está erradicando de seu país, num movimento de repercussões continentais e mesmo mundiais.

Palácios, o octogenário e sempre jovem socialista, fundador, militante e líder do Partido Socialista da Argentina, professor universitário que se imana com os trabalhadores, experiência e cultura a serviço do nosso ideal, é um exemplo de coerência, sinceridade e coragem na grande luta pelo advento da sociedade socialista na América Latina e em todo o mundo.

(Assume a Presidência o Sr. Carlos Kherlakian).

O SR. CID FRANCO — Por isso é que vem apoiando, como todos os antiimperialistas, a Revolução Cubana. E sua eleição para senador da Argentina é em grande parte consequência desse apoio.

Desejando, como Fidel Castro em Cuba, como Henrique Galvão em Portugal, para citarmos apenas dois exemplos, a reforma agrária e a reforma urbana, isto é, terra para os que nela trabalham e casa para os que nela vivem, o velho e sempre jovem socialista Alfredo Palácios, recém-eleito senador, merece o respeito e a solidariedade de todos os que lutam, na América e no mundo, por uma sociedade justa e verdadeiramente humana.

Presto assim, nesta Assembleia, a homenagem dos socialistas à grande figura de Alfredo Palácios.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, vamos enviar às autoridades brasileiras o seguinte telegrama:

(Lê) "Ante o noticiário que anuncia o reatamento de relações diplomáticas do Brasil com países da 'cortina de ferro' — Hungria, Bulgária, Romênia, Letônia, Lituânia, Estônia — não podem esconder a sua preocupação e seus temores todos os elementos naturais dessas nações que se encontram em nossa terra e que, tendo deixado suas pátrias na fuga das perseguições do comunismo, aqui se encontram trabalhando e ajudando a construir a grandeza deste País de liberdade."

"E" com justa razão que todos quantos conheceram o terror vermelho, sentindo-o em suas próprias carnes e vendo-o infelicitar seus países natais, e que miraculosamente conseguiram escapar à sua sanha, sentem tremer sob os pés também a generosa terra brasileira, que ontem os acolheu como uma segunda pátria, mas hoje está ameaçada de tornar-se para eles num segundo lugar de intranquilidade e de opressão."

"De fato, com o restabelecimento das relações diplomáticas com países que o regime comunista desgraça, o Brasil vai abrir seu território à espionagem e aos métodos de perseguição que o mundo reconhece como típicos do bolchevismo e que aqui apontarão sob o disfarce das embaixadas e da diplomacia."

"Por essas razões, interpretando o pensamento e o sentimento de todos quantos em solo brasileiro se sentiam em segurança, dirigimo-nos aos ilustres representantes do povo brasileiro, através do eminente parlamentar e líder, para pedir-lhe transmita a egrégia Casa o protesto que lançamos contra o perigo da nova política de relações exteriores, protesto que nasce da angústia que domina os corações dos húngaros, búlgaros, romenos, letões, lituanes, estonianos hoje em nossa terra."

Com esse protesto, fazemos também em nome dessas criaturas humanas, que conheceram os horrores do comunismo, um pedido aos ilustres representantes do povo, no sentido de que deem uma amestla clara de seu bom senso, opondo-se a toda e qualquer medida que vise concretizar o desastre do reatamento dessas relações diplomáticas."

"Ilumine o Criador a todos os responsáveis pelo futuro desta generosa terra e possamos nós, aconteça o que acontecer, guardar tranqüila a consciência, por haveremos lutado, sempre e ainda agora, na intenção de prevenir para evitar que a Pátria sofra o irreversível."

(a) Conceição da Costa Neves

Pedro Paschoal
Leônicio Ferraiz Júnior
Argusto do Amaral
Jacob Salvador Zveibil
Leônidas Camarinha
Pinheiro Júnior
Vicente Botta
Jacob Pedro Carolo
Francisco Franco
Wilson Lapa"

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlânio Zaccaroni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sólton Borges dos Reis. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepora. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Fernando Mauro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pinheiro Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jacob Pedro Carolo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. deputados ao concluirmos o segundo ano da atual Legislatura cumpriremos mais uma vez, reafirmar o nosso empenho na luta em favor do município, através da nossa Carta de Princípios Municipalistas, e também que proseguiremos, na reabertura dos trabalhos legislativos, na luta pela moralização do trânsito de São Paulo, campanha que provocou ressonância mundial, defendendo a família do planalto e moralizando o setor de relevância, impaludicamente imaginado pelo Governo.

Proseguiremos, também, na luta de cobertura do Governo de Carvalho Pinto e na defesa de Bauru e da região que temos orgulho de representar neste Parlamento.

Finalmente, o êxito da nossa pregação em favor da loteria, para o qual contamos com o apoio de 50 Srs. deputados, terá e conde de acabar com o monopólio existente em São Paulo da Loteria Federal e de Loterias estran-

geiras, e evitará a evasão de milhões de cruzeiros, carreando-os às beneméritas Santas Casas e amparando o menor, o maior investimento cívico da Nação.

Finalmente, Srs. deputados, desejamos nos congratular com o Sr. Presidente da República, com a sua decisão de permitir a importação de carros da fabricação dos anos de 58, 59, e 60, através do Banco do Brasil, destinadas aos motoristas sindicalizados com mais de cinco anos, contribuindo para a renovação da frota que a rigor desserve os paulistas merced da precariedade das viaturas.

Sugerimos ao chefe da Nação que se dê esse privilégio aos motoristas sindicalizados e à aqueles que, através do prontuário policial, tenham fichas limpas, que comprovam sua capacidade profissional e moral. Seria um prêmio aos milhares de motoristas que têm espírito público e que correspondem à missão que o Estado lhes confia constituindo advertência aos motoristas que apresentam fichas indignas, inferindo aqueles 3 mil que fazem jus a um expulso em defesa da paz de espírito das famílias bandeirantes.

Aos bons o amparo, aos que degradam a classe, o desprezo, o repúdio. Retornaremos, na reabertura dos trabalhos legislativos, com mais ardor a fim de promover a defesa da hinterlândia, da criança, da mãe pobre, procurando destarte fazer jus aos 14 mil eleitores que confiaram em nossa mensagem.

Sr. Presidente, solicitamos a publicação da emenda que elaboramos com o apoio de 50 deputados, a fim de que provoque sugestões, críticas e apoio das Câmaras, Prefeitos Municipais e de todos os círculos sociais.

(N. da T. — O documento a que se refere o orador vai publicado no final da sessão).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Murillo Sousa Reis.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, é estranho que existam no mundo democrático ditaduras como as de Salazar e Franco. É mais estranho, ainda, que países como o Brasil, que lutaram contra as ditaduras e pagaram pesado tributo de sangue, mantenham relações com esses governos. Infinitamente mais estranho é que o nosso governo tenha assinado um Tratado de Extradição com Portugal, um tratado que pode ser considerado infamante. O nosso governo talvez não tenha percebido a insidia que encerra tal Tratado que fere, de frente dispositivos constitucionais, deixando a descoberto todos aqueles que se socorrem do direito do asilo e que sempre o encontraram em nosso país.

Aprovado pelo Congresso o Tratado salazarista, não haverá mais segurança para os portugueses no Brasil, pois poderão ser recambiados com um simples pedido daquele tirano que infelicitou Portugal.

Agrava esta situação Sr. Presidente, Srs. deputados, o fato de um tratado semelhante estar em fase de aprovação no Senado colocando o Brasil na dependência dos Estados Unidos. Como podem dois países de forma de governo tão diferentes e contraditórios como Portugal e Estados Unidos da América, proporem acordos semelhantes, é coisa que não entendemos. Então o que é bom para o governo tirano de Salazar, é bom para o governo democrático de Kennedy? Não estará o Brasil sendo vítima de uma chantagem internacional?

Urge, Sr. Presidente e Srs. deputados que esta Assembleia levante a sua voz e proteste, chamando a atenção do Congresso e do Senado para que não aprovelem acordos e tratados dessa natureza que atingem, de cheio, a nossa Carta Constitucional e maculam as nossas mais caras e belas tradições de povo amante da Justiça e da Liberdade!

A imprensa brasileira, portadora de um grande ideal levantou-se unânime contra esses tratados que marcam o início de uma era de vexames para o povo brasileiro. Ai está, por inteiro, traumatizando a opinião pública, o caso do "Santa Maria", que se encerra melancolicamente, em Pernambuco, porque o nosso governo se negou a reconhecer o direito à rebelião do Capitão Galvão. Fato grave foi a chegada, ao Brasil, ostensiva, de elementos da polícia salazarista que desceram em Pernambuco, como num país conquistado, de armas nas mãos. Onde está a nossa soberania, a dignidade nacional?

Não podemos, Sr. Presidente, Srs. deputados permitir que tais tratados — o português e o norte-americano sejam assinados sem o prestito desta Casa. Pesa sobre a Câmara, o Senado e o Senado uma tremenda responsabilidade. Nós temos que prestar contas aos posteriores, e que contas lhes prestaremos se não vigiarmos para que se mantenham incólumes as nossas tradições? Não será, por acaso, a assinatura desses tratados, uma quebra na espinha dorsal dessas mesmas tradições que formam o nosso mais caro patrimônio moral e cívico?

Anda errado o Brasil!

Anda errado quando pensam, certas autoridades que podem colocar-se acima da própria nacionalidade que será a grande humilhação, perante a opinião internacional se tais tratados forem concluídos e entrarem em execução. Não podemos deixar de subreter as palavras do jornal "A Crítica" que assim se expressou a respeito do referido tratado no dia 27 de janeiro:

(Lê) "Lástima, ter o Brasil assumido tal posição. O chanceler Horácio Lafer como paladino das ditaduras no Continente agiu de acordo com os seus interesses. Sua ação refletiu tanto interna como externamente, não foi devidamente considerada pelo Presidente da República e muito menos pelos órgãos técnicos do Itamaraty."

Resta-nos apenas, que o Congresso Nacional que deverá estudar e ratificar ou não o tratado, atente bem para os verdadeiros objetivos do acordo firmado. Não pode, sob pena de perder nossa soberania, prevalecer o interesse de um grupo ou de um governo estrangeiro sobre princípio constitucionais. Não podem, também, sem ignoradas as nossas tradições jurídicas, as nossas normas democráticas em benefício de outros países cujos objetivos políticos e econômicos são demasiados claros e cujas consequências desastrosas nós já sofremos.

O Congresso Nacional tem, pois, a missão patriótica e inadiável de repudiar o Tratado nos termos em que foi feito, ressaltando a nossa Constituição, reparando assim os erros cometidos pela sabujice do Chanceler Horácio Lafer."

Não precisamos, Sr. Presidente, Srs. deputados, dizer mais nada. O Brasil que acorde e desperte para a gravidade da situação. Os deputados e senadores que não se rendam ao encanto e às ameaças do homem que infelicitou Portugal. Ao contrário, nesta hora, devemos redobrar os nossos esforços para ajudar o bravo povo português a se libertar do escravajista e ditador Salazar.

Era o que necessitava dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jethero Faria Cardoso.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, acabo de ler, na "Gazeta Mercantil", que o governo norte-americano multou em um milhão de dólares os grandes trustes que vêm criando embarques econômicos nos Estados Unidos. Vejo, na "Gazeta Mercantil", que, além da multa de mais de um milhão de dólares, o governo norte-americano impôs penalidades aos diretores desses trustes.

Ora, veja V. Exa., são citados, entre esses trustes a "General Electric" e a "Westinghouse". Justamente as firmas que fizeram grandes negociações no governo passado, juntamente com o Sr. Mário Lopes Leão, nas termelétricas de Flórida Paulista, de Juquá e de tendo em vista aquelas grandes negociações, o povo dessa região é obrigado a pagar 8 cruzeiros o quilowatt-hora.

Espero que o Governador Carvalho Pinto, repetindo a atuação do governo norte-americano, abra um processo contra estes trustes, internamente, pois a nossa Constituição, em seu artigo 115, permite isso — ao invés de enviar o Sr. Mário Leão à televisão, gastando rios de dinheiro, como fez ontem, para fazer demagogia sobre um plano que não existe. S. Exa. não falou sobre a interligação dos sistemas e sobre os negócios das termelétricas que o governo norte-americano multou condenando os diretores desses trustes.

Assim, vê V. Exa., Sr. Presidente, que o Governo Federal, ao procurar tratar relações com o campo socialista, toma uma atitude de independência de grande importância, porque vai permitir que países adiantados também concorram no nosso mercado interno quanto as grandes obras, a fim de baratear o custo desses grandes empreendimentos, como aconteceu no Eito com a barragem de Assua, construída pelos russos, por terem eles vencido uma concorrência pública — é a maior obra civil do mundo; são 130 bilhões de metros cúbicos acumulados.

Era o que tinha a dizer no momento.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Germinal Feijó.

(Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini.

O SR. GUSTAVO MARTINI — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, tivemos conhecimento que o Sr. Prefeito Municipal de Santos, na data de ontem fez visita ao distrito de Bertoga para debater com os moradores daquele aprazível recanto — o Pinco de Ouro da minha terra, lo al procurado por milhares de turistas do litoral do Estado de São Paulo para suas férias — o problema da luz elétrica, problema este que aflige o distrito de Bertoga e já deficiu inúmeras administrações. Em tempos que não vão distantes, o Governo do Estado colocou à disposição daquele distrito geradores movidos a óleo diesel, a fim de poder reduzir, ainda que provisoriamente, aquela deficiência que não se compõe mais nos dias de hoje.

No entanto, sabemos, inclusive, que o Sr. Prefeito não pôde aceitar aqueles geradores por considerá-los em condições inadequadas, requerendo, por isso, pessoal especializado para o seu manuseio, pessoal esse que a Prefeitura não tem e não poderia encontrar, com certa facilidade, dentro do Município de Santos.

Assim sendo, renovamos o apelo ao Sr. Governador do Estado e formulamos veemente pedido ao Sr. Prefeito de Santos a fim de que reexamine o